

MAQUIAVEL: UMA PROPOSTA REPUBLICANA

Carlos Nunes Guimarães*

Resumo: O artigo faz uma abordagem sobre o pensamento do segundo secretário da chancelaria de Florença, Nicolau Maquiavel, com uma análise comparativa entre suas obras mais destacadas: ‘O príncipe’ e ‘Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio’ e sobre um texto menos conhecido do autor: ‘Discurso sobre as formas de governo de Florença após a morte do jovem Lourenço de Medici’. Conclui que o diplomata da república de Florença em toda sua trajetória reafirmou suas convicções republicanas, reconhecendo estes valores superiores aos da monarquia.

Palavras-chave: Monarquia. República. Maquiavel. Política.

Abstract: The article presents an approach about the thought of the second secretary of the chancellery of Florence, Niccolo Machiavelli, with a comparative analysis of his most outstanding works: The Prince and Discourses on the first decade of Tito Livio and approach on a lesser-known author's text: Discourse on the forms of government of Florence after the death of the young Lorenzo de Medici. Concludes that the diplomat of the Republic of Florence throughout his career reaffirmed his republican convictions, recognizing these higher values than those of a monarchy.

Keywords: Monarchy. Republic. Machiavelli. Politics.

O problema central que se impõe a qualquer intérprete das obras de Maquiavel é, sem dúvida, procurar compreender o intrincado tema da relação entre ética e política, que é também o tema da relação entre ‘O Príncipe’ e os ‘Discursos’. Durante muito tempo, permaneceu vitoriosa aquela interpretação que condena o secretário florentino como aquele frio analista que separou a práxis política de qualquer moralidade.

Com vistas a superar essa interpretação, novas leituras surgiram que apresentam Maquiavel como um defensor dos valores republicanos ou mesmo o fundador do republicanismo moderno. Esta análise sobre Maquiavel o afasta daquela imagem de preceptor de tirano ou instrutor de malvados. Certamente que aquelas interpretações têm como referência ‘O Príncipe’. Entretanto, qualquer análise acerca do pensamento do diplomata de Florença, deve considerar um estudo sobre as demais obras, além de ‘O Príncipe’, em especial os ‘Discursos Sobre a Primeira Década de Tito Lívio’. Este caminho permitirá jogar luz em uma nova interpretação e mesmo reconhecendo a distinção que se evidencia na forma, entre as duas

* Professor da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. Doutor em Filosofia (área Filosofia Política e Ética).

obras, defendemos então que há uma unidade no pensamento do secretário que está em todo seu arcabouço teórico.

Apesar das aparentes diferenças e oposições entre ambos os textos, é possível encontrar em todo o *corpus* maquiaveliano uma preocupação com uma finalidade política em benefício do bem comum, dos valores republicanos. ‘O Príncipe’ não é um texto em defesa da monarquia que se coloca em confronto com os ‘Discursos’. Este opúsculo, concluído em 1513 e dedicado a Lourenço de Medici II, é, antes de tudo, a expressão de uma aguda análise da crise italiana e a indicação da necessidade de sua superação. Maquiavel procura respostas para os males que afligem a península itálica, e após fazer uma acurada análise, procura um príncipe que reúna as condições diante daquele momento extraordinário que, aliando *virtù* e *fortuna*, poderia assumir este empreendimento de libertação da Itália, daquela caótica situação, dando assim forma àquela matéria.

Evidência da sintonia entre as obras pode ser encontrada em trechos dos ‘Discursos’ em que Maquiavel confirma as proposições de ‘O Príncipe’. Fiquemos por exemplo, com o Capítulo 18 do Primeiro Livro dos ‘Discursos’, onde o autor discorre sobre “de que maneira se pode manter o governo livre numa cidade corrompida, e como instituí-lo, se ela ainda não o tiver”. Maquiavel declara a necessidade, diante das circunstâncias, da utilização da força ou o indispensável recurso a métodos extraordinários, as armas e a violência:

Vamos supor, em primeiro lugar, uma cidade que chegou ao estado máximo de corrupção, onde a questão se apresenta com toda força de sua dificuldade. Onde o desregramento é universal, não há leis nem instituições que possam reprimir. (DISCURSOS: I, 18).

Frente à dramática situação italiana, Maquiavel não viu outro caminho senão um governo forte, que reunisse as condições ‘extraordinárias’ para expulsar os estrangeiros e unificar a Itália sob uma só bandeira. Aos olhos de Maquiavel, Lourenço de Medici II, a quem dirige seu texto, já era um príncipe novo¹. O Papa Leão X, outro Medici, era o chefe supremo da poderosa Igreja Católica. A família de grande prestígio e dinheiro, com a força da Igreja tinha as condições de reunir um exército do povo, de seus próprios cidadãos, livrando-se das forças mercenárias e promovendo o grande acontecimento que a península estava a esperar. O apelo no último capítulo de sua mais famosa obra fala por si.

¹ Lourenço II (Medici) Filho de Piero de Medici e sobrinho do Papa Leão X (Giovanni de Medici). *O opúsculo* seria destinado a Giuliano de Medici, irmão do Papa, todavia, este faleceu prematuramente.

As forças estrangeiras que constantemente subjogavam territórios e povos italianos, aliando-se aos interesses da aristocracia interna, não permitiam o estabelecimento de um governo estável, com ordem pública e a participação das forças da sociedade. O autor define os aristocratas como aqueles “que vivem do ócio, sustentados pelo fruto de seus bens, que passam seus dias na abundância sem se preocupar com a sua própria sobrevivência, como a agricultura ou outro trabalho qualquer”. (DISCURSOS: I, IV). Esta situação de desigualdade e corrupção a que havia chegado a Itália, exigia a resposta que Maquiavel vislumbrava em ‘O Príncipe’, porque de outra forma:

Querer instituir governo num país assim organizado é tentar o impossível. Se se pudesse instituir ali a ordem, isto seria apenas mediante a monarquia. A razão é a seguinte: onde há tantos motivos de corrupção, a lei não é mais do que um fraco obstáculo, sendo preciso apoiá-la com uma força mais difícil de resistir. Esta força reside num pulso firme de um rei; só seu poder absoluto e incontrastado pode por um freio à excessiva ambição e à corrupção dos poderosos. (DISCURSOS: I. 45).

Fernando Magalhães (2003), em um ensaio bastante esclarecedor, aborda a convicção política do secretário florentino, afirmando que a simpatia de Maquiavel pelo espírito republicano é evidente em quase toda sua obra política, até mesmo em ‘O Príncipe’. Magalhães sustenta que não há contradição naquele pensamento, reconhecendo nele a expressão de um democrata não afeito à utilização da violência gratuita. Pela arguta interpretação de Magalhães, em Maquiavel:

Acompanha-o a consciência do imenso desgaste sofrido pelo governante ao lidar com o Estado habituado a liberdade, além de duvidar da inutilidade de métodos violentos nessas ocasiões. Nem sempre, porém, conquista-se a liberdade com palavras. Não se governa Estados com *pater noster*. Não se tratava de uma opção: O recurso a ação individual era para ele inevitável porquanto a fundação de uma república ou sua total reforma só podia ser obra de um único homem, de alguém cuja sagacidade depende a configuração do Estado. (MAGALHÃES: 2003, p. 14).

O pensamento apresentado em ‘O Príncipe’ não contradiz os ‘Discursos’ antes se complementam. Esta leitura da obra maquiaveliana supera uma antiga tradição interpretativa que, ao separar estes textos, encontrava dificuldade de enxergar em Maquiavel um pensador coerente. Ou Maquiavel é um preceptor de tiranos e seu livro é fruto de uma difícil contingência a que a *fortuna* lhe submetia; ou os ‘Discursos’ é uma obra mais madura, de uma convicção republicana que negava ‘O Príncipe’. Muitos analistas de Maquiavel se dedicavam a detrá-lo através de uma leitura parcial de ‘O Príncipe’ ou louvá-lo por uma leitura republicana dos ‘Discursos’. De maneira que parecia ser sempre conveniente a leitura de uma obra e o esquecimento da outra.

Gabriel Pancera (2010) autor de *Maquiavel entre Repúblicas* vê que esta suposta antinomia nos textos maquiavelianos, não pode ser vista na obra de um intérprete brasileiro: Newton Bignotto². O autor da obra *Maquiavel Republicano*, que se transformou em uma referência nacional para todos que estudam o secretário florentino, guia-se pelas análises do filósofo francês Claude Lefort, que:

Ao invés de simplesmente privilegiar um dos escritos, para assim se contrapor as outras leituras, demonstrou existir um mesmo conjunto de pressupostos teórico-conceituais na base do pensamento maquiaveliano, o que lhe permitiu dissolver as aparentes inconsistências que tanto embaraçam seus leitores. (PANCERA: 2010.p.34).

Mas, quais os pressupostos teórico-conceituais que dão unidade à obra do florentino? A resposta encontrada por Claude Lefort, que permite dissipar a suposta dicotomia nos textos do florentino é que:

Todo e qualquer corpo político encontra-se dividido entre aqueles que querem comandar e oprimir e os demais que simplesmente não querem ser oprimidos (Discursos IV, I e O Príncipe IX). É dos diferentes arranjos que se pode dar aos desejos de oprimir/não ser oprimido que surge um principado ou uma república pois eles constituem-se no dado fundamental das comunidades políticas. De acordo com o próprio Maquiavel, ‘destes dois diferentes desejos, nasce nas cidades um dos três efeitos: principado, república ou licença’ (PANCERA: 2010 p. 34).

Concordamos com Pancera que esta interpretação supera aquelas leituras parciais, uma vez que se arrima no pressuposto que articula o pensamento político maquiaveliano, livrando-lhe de interpretações a partir somente de um texto que poderiam comprometer as proposições do chanceler. É, portanto, o tratamento dado aos conflitos, donde surge a liberdade, que oferece unidade ao pensamento político de Maquiavel. “Neste sentido a forma republicana, mais que a principesca, vai oferecer as melhores condições para que um *estado* garanta sua *liberdade* e preserve-se temporalmente”. (PANCERA: 2010, p. 11).

Com efeito, mesmo em ‘O Príncipe’ há declarações inequívocas da opção democrática (*ex parte populi*) do autor. O governante somente pode apoiar-se com segurança no povo, uma vez que os interesses dos grandes são diferentes dos do povo que tem como fim a liberdade e o desejo de não ser oprimido. “É necessário a um príncipe que o povo lhe vote amizade, do contrário, fracassará nas adversidades”. (O PRINCIPE: IX). Todo este capítulo contém uma nítida posição do autor em defesa do regime que se apoie no povo. Para o teórico italiano Antonio Gramsci, Maquiavel preocupado em demonstrar “como deve ser o príncipe para levar

² Refere-se a obra *Maquiavel Republicano*, (1991), onde o autor trata do tema da liberdade em Maquiavel.

o povo à fundação do novo Estado (...), o próprio Maquiavel faz-se povo, confunde-se com o povo.” (GRAMSCI: 1978, p. 04).

Maquiavel estava comprometido com a construção de um Estado que conseguisse longa permanência, com valores que se sustentavam no povo, uma república, e justifica:

É o bem geral, e não o interesse particular, que constitui a potência de um Estado, e, sem dúvida, somente nas repúblicas vê o bem público, somente aí nos determinamos a fazer o que é vantajoso para todos, e se, por acaso, com isso se faz a infelicidade de alguns particulares, tantos cidadãos são beneficiados, que eles estão certos de vencer esse pequeno número de indivíduos cujos interesses são feridos. (DISCURSOS: II, 02).

A convicção republicana do secretário florentino se revela em todo o texto dos ‘Discursos Sobre a Primeira Década de Tito Lívio’ onde defende um *vivere civile* que permita ao homem a realização de suas potencialidades. Convicto da superioridade da república sobre o governo monárquico, Maquiavel diz que se deve sempre defender o interesse geral contra os interesses de particulares, porque o povo é mais prudente e faz melhor juízo do que o príncipe:

Afirmo que o povo é mais prudente, menos volúvel e, num certo sentido, mais judicioso do que o príncipe. Não é sem razão que se diz que a voz do povo é a voz de Deus. De fato vê-se a opinião universal a produzir efeitos tão maravilhosos em suas predileções, que parece haver nela uma potência oculta a prever o bem e o mal. (DISCURSOS: I, 58).

Maquiavel prossegue no elogio ao governo republicano, agora com maior firmeza, ainda nos ‘Discursos’ no Segundo Livro, Capítulo Segundo. Uma expressão indubitável da preferência republicana do autor e da superioridade deste modelo e um libelo contra a monarquia. Diz o autor que as medidas tomadas numa república favorecem a muitos, ao contrário da monarquia que: “Com frequência, o que o monarca faz em seu próprio interesse prejudica o Estado, e o que beneficia o Estado é nocivo aos interesses do monarca” (DISCURSOS: II, 02).

O diplomata florentino vê também que não pode haver progresso onde não reina a liberdade, porque a possibilidade de desenvolvimento do potencial de um povo fica limitada: “Quando a tirania se levanta no meio de um povo livre, o menor inconveniente que traz é a interrupção do progresso, deixando o país de crescer em poder e em riqueza, porque o normal é que, nesse caso, o Estado regrida”.(DISCURSOS: II,02). O autor completa afirmando que a experiência tem mostrado que é gozando de liberdade, num modelo republicano, que as cidades crescem e se desenvolvem. Em todos os empreendimentos, as cidades onde reina a liberdade terão sempre maior êxito. Maquiavel defende o modelo republicano que oferece oportunidades para

todos e possibilita a realização dos projetos pessoais que se coadunam com os interesses públicos:

Como dissemos todos Estados e cidades que vivem sob a égide da liberdade, em qualquer lugar tem sempre o maior êxito. A população é mais numerosa, porque os casamentos são mais livres e desejáveis; cada um tem todos os filhos que pode manter, porque não teme perder o patrimônio, e sabe que eles não serão escravos, mas sim homens livres, capazes de chegar pelas suas qualidades, as posições mais elevadas. Multiplicam-se então as riquezas: as que a agricultura produz e as da indústria. Todos se empenham em aumentar seus bens, seguros de que poderão gozá-los; em consequência, empenham-se em conseguir o que vai favorecer a cada um em particular e a todos de modo geral, crescendo assim a prosperidade pública. (DISCURSOS: II, 02).

Com esta firmeza de convicção, passa a questionar em quem então se deverá confiar tamanho valor político e civil, ou, com maior segurança, deve-se confiar a liberdade. Para Maquiavel, não há dúvidas, é no povo, que deseja apenas não ser dominado, enquanto os poderosos (*grandi*) desejam dominar. A vontade de ser livre alimenta a luta contra a dominação, e é esta luta que garante a liberdade, por isto é no povo que se deve confiar. A lógica da análise política de Maquiavel é impecável:

De fato, se considerarmos os objetivos da aristocracia e do povo, perceberemos na primeira a sede de domínio; no segundo o desejo de não ser dominado – portanto, uma vontade mais firme de viver em liberdade, porque pode bem menos que os poderosos deter esperança de usurpar a autoridade. Assim se os plebeus têm a salvaguarda de zelar pela liberdade, é razoável esperar que o cumpram com menos avareza, e que, não podendo apropriar-se do poder, não permitam que outros o façam. (DISCURSOS: I, 05).

Maquiavel não se afasta de suas convicções de que é ao abrigo de forças populares que a liberdade está mais segura. No povo se encontra maior prudência, discernimento e capacidade de orientar decisões que não sejam contaminadas por práticas de homens corruptos. “Também na escolha dos magistrados o povo procede melhor do que o príncipe. Jamais se poderá persuadir o povo a elevar a uma alta dignidade um homem corrupto e marcado pela infâmia de seus maus costumes”. (DISCURSOS: I, 58).

Na república o povo é defensor dos bens públicos por entender que são seus (*res pública*). Considera legítimo que defenda seus valores a qualquer custo. Diferentemente de quem somente defenda seus interesses privados. “A crueldade da multidão se dirige contra aqueles que se suspeita querem usurpar o bem geral; a crueldade do príncipe persegue todos que considera inimigos de seu bem particular”. (DISCURSOS: I, 58).

As ideias republicanas encontraram uma possibilidade de concretizar-se em um momento especial da vida de Florença, quando as circunstâncias políticas pareciam abrir caminho para

este desiderato. Em 1519 faleceu Lourenço de Medici II, duque de Urbino. Este evento retirava daquela família a possibilidade de manutenção de seu poder sobre a cidade, diretamente através de um de seus membros. A morte do duque encerra a linhagem direta dos herdeiros dos Medici. Tratou-se de um acontecimento inesperado que colocou o chefe da família, o papa Leão X, em perspectiva de decidir qual rumo apontaria para Florença. O pontífice Medici, apesar da complexa relação dessa família³ com o secretário florentino⁴, incumbiu a este de esboçar um projeto de reforma política diante da nova situação provocada pela morte de Lourenço II⁵.

Maquiavel sentiu no convite do Papa a oportunidade de reestabelecer suas relações com os Medici e, ao mesmo tempo, contribuir concretamente para um novo tempo em sua cidade. O secretário florentino dedicou-se então a elaborar um projeto de uma nova ordenação (Constituição) para Florença, valendo-se de sua experiência no governo por mais de 12 anos e das análises já produzidas em escritos anteriores, sobretudo, ‘Os Discursos Sobre a Primeira década de Tito Lívio’. O autor confirmou suas teses republicanas e fez adaptações específicas que deviam atender aquelas circunstâncias em Florença.

Em um texto conciso, conforme a ocasião exigia, Maquiavel faz uma análise sobre as crises que assolaram a cidade, retroagindo pouco mais de um século (1393), quando Florença recebeu forma de uma república governada por aristocratas, apontando as causas das crises e,

³ Durante três séculos, a partir de 1434 com o patriarca Cosimo de Medici, esta poderosa família dominou Florença. Para alguns foi a família responsável pelos maiores benefícios que a cidade recebeu, para muitos outros, foi uma família que produziu ditadores guiados por interesses pessoais usando e abusando do autoritarismo e da corrupção, todavia: “Não há dúvida, no entanto, de que eles foram a família de Florença, seus cidadãos mais importantes e influentes por três séculos. Eles guiaram seu destino e dirigiram seu curso por vezes tormentoso ao longo do desenvolvimento europeu, sem eles, Florença teria sido um pálido reflexo de si mesma”. (WHITE: 2007. p. 45).

⁴ Maquiavel participou do governo da Florença justamente no intervalo da ausência desta família da cidade. Em 1494, Piero de Medici, filho de Lourenço, o Magnífico, não resistiu à crise provocada com a invasão dos franceses e foi forçado a deixar a cidade. A família retornou ao poder com a queda do governo republicano de Piero Soderini, do qual Maquiavel era segundo chanceler (1498/1512). A vida de Maquiavel sempre se entrecruza com a família Medici. Maquiavel ao sair do governo foi preso, acusado de conspirar contra o novo governo (Medici) que se reinstalou no *Palazzo Vecchio*. Após três meses, foi liberado da prisão também por decisão de um Médiçi, Giovanni (Papa Leão X), que por conta de sua eleição ao pontificado anistiou os presos políticos de Florença. *O Príncipe* é dedicado a um Médiçi. Por esta família, Maquiavel foi também escolhido para escrever sobre a história de Florença.

⁵ *Discursus florentinarum rerum post mortem iunioris Laurenti Medices*. Este texto, talvez o de menor divulgação do autor, ganhou uma publicação no Brasil pela editora da UFMG (2010), com o título: *Discurso sobre as formas de governo de Florença após a morte do jovem Lorenzo de Medici*. Introdução, Tradução e Notas de: PANCERA, Carlo Gabriel Kszan. É a esta publicação brasileira que fazemos referência, inclusive compartilhando daquelas análises. Este autor também se dedica a interpretação dos *Discursus florentinarum...* em sua obra *Maquiavel entre repúblicas*, a qual também citamos. A referência a este texto de Maquiavel será feita como gravada no original, em latim: *DISCURSUS...* diferenciando, assim, dos *DISCURSOS*. A obra será citada identificando o parágrafo § e o número da página da edição brasileira.

logo em seguida, propõe uma solução ‘constitucional’ que a seu juízo parecia duradoura. Uma empresa delicada tendo em vista que era a oportunidade de reiterar suas convicções republicanas, todavia, numa circunstância que deveria atender as expectativas da família Medici, de procurar permanência sobre os destinos da cidade, quando faltava um herdeiro legítimo para prosseguir a ‘dinastia’.

A convicção republicana de Maquiavel não se limita por nenhuma timidez diante do quadro institucional que deveria propor. O texto é iniciado com uma análise já registrada nos ‘Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio’ de que não pode haver estabilidade política se em uma nova ordenação faltar a capacidade de abrigar os ‘humores’ das classes na cidade. O autor denuncia que foi justamente a falta de compreender e dar solução àqueles conflitos que Florença, de fato, nunca teve uma república, nem principado estáveis: “A razão pela qual as formas de governo de Florença mudaram constantemente foi por nela jamais ter havido república ou principado que tivesse a forma apropriada”. (*DISCURSUS*: § 1, p. 59).

O resultado das disputas das classes impunha sobre a outra parte o isolamento, o afastamento das decisões políticas, o exílio. Os regimes até então experimentados em Florença, pelo menos até a ascensão dos Medici ao poder, com Cosimo (O velho) em 1434, não conseguiram estabelecer formas de evitar que os poderosos (*grandi*) criassem facções que sempre arruinaram o estado. Ademais, os particulares eram chamados pela *signoria* para consulta de decisões sobre as coisas públicas, “o que só não mantinha a reputação dos homens privados, retirando-as dos homens públicos, como também subtraía tal autoridade e reputação dos magistrados, o que é contrário a toda ordem civil”. (*DISCURSUS*: § 2, p. 60). Esta distorção da forma republicana, que ainda afastava o povo das instâncias de poder, causava as crises que já eram recorrentes em Florença.

Para Maquiavel, mesmo a república inspirada pelo monge Savonarola, que procurou ampliar largamente os espaços do povo nas decisões da *signoria*, padecia do mesmo defeito, “pois suas ordenações não satisfaziam todos os humores dos cidadãos nem podiam de outro modo, contê-los”. (*DISCURSUS*: § 3, p. 61). Na medida em que a república savonaroliana ampliava os espaços do povo nas decisões, diminuía a participação dos que tradicionalmente comandaram a cidade (*grandi*), fazendo com que estes buscassem se fortalecer contra a nova ordem.

Após esta introdução, necessária para demonstrar quais as falhas que provocavam tantas crises, o autor passa a discorrer sobre o melhor regime para a cidade, descartando logo de início a alternativa de um principado.

Num ponto delicado da proposta, que posteriormente seria oferecida à decisão do Papa, Maquiavel registra a opinião de alguns florentinos que julgavam que não poderia haver regime mais seguro para a cidade do que semelhante ao que existiu nos tempos de Cosimo de Medici⁶ e que “Florença não poderia ficar sem um senhor, o qual sendo imprescindível é muito melhor que seja daquela casa (Medici) a que os florentinos estão acostumados a adorar”. (*DISCURSUS*: § 6, p. 62). O secretário contesta esta opinião corrente em Florença. Aquele regime em Florença era perigoso “não por outro motivo senão por ser frágil”. (*DISCURSUS*: § 7, p. 63).

O tempo de estabilidade e prosperidade sob o ‘governo’ de Cosimo, foi possível naquelas circunstâncias históricas porque por um lado, não existia na Itália potência que Florença não pudesse enfrentar com seus exércitos, mesmo que enfrentasse sozinha aquelas empresas; diferentemente do tempo presente de Maquiavel, quando a França e Espanha estavam diretamente envolvidas nas questões internas da península, obrigando os florentinos a alianças com um ou outro destes países, e em caso de derrota se tornaria presa do vencedor. Ademais, a habilidade e prestígio de Cosimo favorecia a situação da cidade, algo que não poderia se repetir pela ausência de um homem com aquelas características. De modo que “não pode haver maior engano do que acreditar ser possível imprimir uma mesma forma em matéria tão diversa”. (*DISCURSUS*: § 8, p. 64). Maquiavel descarta assim a chamada solução principesca e reafirma suas posições republicanas:

Além disso, ainda que seja verdade que Florença não possa ficar sem um ‘senhor’, e que, quando fosse preciso escolher entre dois senhores privados, ela preferisse um da casa dos Medici ao de qualquer outra casa, mesmo assim, quando se escolhe entre um senhor privado e um senhor público, sempre agradecerá mais um senhor público do que um privado, não importa de onde venha. (*DISCURSUS*: § 9, p. 64).

⁶ Cosimo de Medici, (1389-1464) recebeu o título de “*Pater Patriae*”. Patriarca da família e bisavô do Papa Leão X (Giovanni de Medici), foi o senhor incontestado de Florença por trinta anos. Mesmo que não tenha promovido mudanças na ‘ordem institucional’, controlava todas as decisões, e apesar do modelo republicano, as magistraturas e os outros cargos importantes estavam sob seu controle através de seus partidários fieis. Conseguiu a partir de Florença implementar uma política externa que rendeu um razoável equilíbrio e estabilidade na península, possibilitando à cidade um papel de protagonismo na política de toda a Itália. Era homem culto, protetor dos humanistas e grande mecenas. Através de filósofos como Marsilio Ficino, fundou a nova academia platônica em Florença. Com Cosimo e depois com seu neto Lourenço, o Magnífico, a cidade viveu sua ‘fase de ouro’. (Cf. DORINI, Umberto. *I Medici e loro tempo*. Firenze: Nerbino Editore, 1989).

O autor já havia analisado a dificuldade de estabelecer uma república onde havia desigualdades ou de um principado onde existia igualdade. Desde a ‘república de Savonarola’ a participação popular havia sido fortalecida, com a instituição do Grande Conselho.

Desta forma, concordamos com as interpretações de Gabriel Pancera que:

Renovou-se entre os florentinos o sentimento de igualdade que durante o primeiro período mediceu ficara mais ou menos latente. É esta predisposição existente entre os florentinos que os torna avessos à possibilidade de a cidade ser conformada com uma forma principesca, marcadas por relações hierárquicas e de submissão pessoal. (PANCERA. IN: *DISCURSUS*. p. 54)

Feitas as avaliações que considerava pertinentes para justificar a adequação do modelo republicano, Maquiavel percebeu as dificuldades que esta solução poderia enfrentar diante da família Medici, que havia quase um século dominava a cidade, considerando ainda, que a Igreja Católica estava também sob aquela influencia. Ora, não bastariam os argumentos republicanos de Maquiavel para que o Papa fizesse esta opção, abdicando totalmente de seu poder político em Florença. Ademais, os Medici e seus influentes partidários não deveriam ser excluídos da nova ordenação da cidade, o contrário, seria mesmo negar o que o autor havia defendido até então, ou seja, a incorporação de todas as classes em um modelo republicano, sob o abrigo da lei. Reconhecendo esta condição, orienta que:

Aqueles que ordenam uma república devem dar lugar a três diferentes qualidades de homens, existentes em toda e qualquer cidade, quais sejam: os principais (*primi*), os medianos e os últimos. Ainda que em Florença haja aquela igualdade de que acima se falou nela existe, contudo, alguns que são de ânimo elevado, os quais pensam merecer precedência sobre os demais, sendo necessário satisfazê-los ao ordenar a república. Não foi outra a razão pela qual o regime passado se arruinou senão por não ter satisfeito a tais humores. (*DISCURSUS*: § 14, p. 67)

De posse desta análise, surge o esboço de uma *constituição* a qual Florença deveria adotar. Tal *constituição* seria a condição necessária para a república “alcançar estabilidade, potência e conseqüentemente, assegurar sua liberdade”. (PANCERA. IN: *DISCURSUS*. Introdução).

Segue-se no *Discursus* que deveria ser suprimida a *signoria*⁷ e realizada uma radical mudança sobre o núcleo dirigente⁸, com a eleição de novos magistrados, Gonfaloneire de Justiça, proposta de renovação de mandatos, etc., de forma que a nova ordenação fosse reconhecida por ter conseguido: “capacidade de mando e reputação a este poder do governo”. Preocupa a

⁷ Órgão central de direção da república.

⁸ Maquiavel propõe a criação de novos Conselhos ampliando a participação dos cidadãos e democratizando as decisões da república. Não nos deteremos aqui em análises sobre a complexa estrutura proposta por Maquiavel, para isto indicamos a obra de PANCERA, Gabriel: *Maquiavel entre Repúblicas*, que citamos e acompanhamos suas análises.

Maquiavel que não seja mais necessário realizar consultas a homens privados. As decisões de governo devem caber aos homens públicos, como deve ser em uma república. Mas, vale ressaltar que uma preocupação que se encontra na base do pensamento de Maquiavel nas proposições de uma nova ordenação é a reabertura da sala *Conselho Grande*. Este órgão, criado na “república de Savonarola” é a máxima representação popular⁹ que o secretário reconhece fundamental para sustentação da república:

Nunca se fez nenhuma república estável sem satisfazer à totalidade dos cidadãos florentinos, os quais jamais serão satisfeitos se não se reabrir a sala (do Conselho Maior). Convém, então, desejando-se instituir uma república em Florença, reabrir esta sala e deixar a escolha de seus integrantes ao povo. (*DISCURSUS*: § 21, p. 71).

Maquiavel esboça seu modelo institucional, contudo, sem negligenciar a participação, no comando, do Papa Leão X e do Cardeal Giulio de Medici¹⁰. Todavia, compreende a singularidade das circunstâncias que possibilitariam a retomada da vida republicana em Florença, sem desatender as expectativas do pontífice e do cardeal. Propõe então que a eles se reserve o comando das armas, os julgamentos criminais e teriam ainda o poder de legislar, de modo que seriam preservados seus espaços de decisão e com a garantia de perspectivas para os seus partidários. Desta forma, Maquiavel procura equilibrar a força dos Medici e a participação popular no modelo republicano. Esta solução garantindo prerrogativas aos Medici, numa forma republicana, “introduz um elemento dissonante num projeto republicano e que aparentemente sugeriria a busca de uma *via de mezzo*, estranha ao gosto do autor”. (PANCERA. IN: *DISCURSUS*. Introdução).

Todavia, este possível paradoxo se dissipa se for considerado o contexto sobre o qual Maquiavel produziu estas análises endereçadas ao Pontífice:

É certo, porém, que, se Maquiavel estabeleceu esta condição para a sobrevivência de um governo mediceu, ele pensa também num período de transição, durante o qual estas funções passem, pouco a pouco, para as mãos do conselho do povo, de maneira que a ideia de principado se dissolva na república. Maquiavel pretende deste modo, desvincular a vida da cidade da subserviência a um príncipe. Daí sua ousadia: recomendar um projeto republicano aos senhores de Florença. (PANCERA. IN: *DISCURSUS*. Introdução).

O próprio secretário não nega esta condição ao destinatário do projeto, justificando sua necessidade de democratização das instâncias decisórias e tentando persuadir o próprio Papa:

⁹ Na República sob inspiração do Frade Girolamo Savonarola,(1494-1498) o Conselho Grande é o órgão máximo, um poder legislativo composto por três mil e duzentos cidadãos (3.200), que deveria se reunir semanalmente para discutir e aprovar as leis propostas pela *signoria*.

¹⁰ Cardeal Giulio de Medici, primo do Papa Leão X. Foi arcebispo e governou Florença por cinco anos (1519-1523). Eleito Papa Clemente VII em [1523](#), dirigiu a Igreja até sua morte em [1534](#).

“Não seria necessário instituir mais nada num regime assim ordenado se Vossa Santidade e o eminentíssimo cardeal fossem viver para sempre. Como, porém, isto não deve acontecer, e como se deseja que uma república perfeita continue a existir...” O autor se firma na defesa da república: “que seja apoiada nas partes dela integrantes, e, também, que cada qual veja e entenda que o regime deve ser assim para que o povo seja satisfeito”. (*DISCURSUS*: § 22, p. 72).

Neste breve texto, Maquiavel reafirma aquelas posições do ‘O Príncipe’ e dos ‘Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio’ sem fazer nenhuma concessão por conveniência particular. Quando lhe foi incumbido à tarefa, não recuou de suas convicções republicanas, mesmo sabendo das dificuldades que encontraria para persuadir quem lhe encomendará a tarefa.

A abordagem em torno do *Discursus* contribui para nossa reflexão, por demonstrar que Maquiavel, mesmo quando a oportunidade lhe abriu caminho para reaproximação com a família Medici, não negou suas convicções republicanas, ao contrário, as reafirmou diante daqueles que detinham a condição de mudar o rumo de Florença e mesmo da vida particular do secretário. O autor não fez considerações que não já as tivesse esboçado em obras anteriores, isto mostra, por um lado, que há uma unidade no pensamento e nas obras do segundo chanceler e, por outro, nos permite objetar aquela tradição interpretativa que nomeia Maquiavel como instrutor de tiranos ou um cínico oportunista, como lhe foi tantas vezes atribuído.

Concluimos, pois, defendendo a presença de um compromisso republicano em Maquiavel, com suas próprias palavras, dirigidas aqueles que buscam o poder e orientando que estes devem ser guiados pelo espírito que se empenhe com interesse voltado não a si, mas ao bem comum, não a sua própria sucessão, mas a pátria comum “*e che abbia questo animo, di volere giovare non a sé ma al bene comune, non alla sua própria successione ma alla comune pátria*”. (*DISCURSOS*: I, 09).

Referências Bibliográficas

BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel Republicano*. São Paulo: Loyola, 1991.

DORINI, Umberto. *I Medici e loro tempo*. Firenze: Nerbino Editore, 1989.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. Trad., Luiz Mário Gazzeano. 3ª., Ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

KING, Rossi. *Maquiavel, filósofo do poder*. Trad., Joel Macedo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

MAGALHÃES, Fernando. *Maquiavel e o PT. Os ensinamentos da história na era da globalização*. IN: *Perspectiva Filosófica – volume I – no. 20 julho-dezembro*. Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

MACHIAVELLI, Niccolò. *Antologia e Discorso Storico*. A cura di Raffaello Ramat. Napoli: Edizioni Glauk, 1961.

MACHIAVELLI, Niccolò. *Lettere*. A cura di Giuseppe Lesca. Firenze: Bompiani, s/d.

MACHIAVELLI, Niccolò. *Il Principe ed altri Scritti*. A cura di Vittorio de Caprariis. Collezione Scolastica. Bari: Laterza, 1965.

MACHIAVELLI, Nicolò: *Tutte le Opere, storiche, politiche e letterarie*. A Cura di Alessandro Capata. Edizioni Integrali. Roma: Newton & Compton editori, 2011.

MAQUIAVEL, Nicolau. *Discurso sobre as formas de governo de Florença após a morte do jovem Lourenço de Médici*. Introdução, tradução e notas de Gabriel Pancera. Belo Horizonte, dois pontos UFMG, 2010.

MAQUIAVEL, Nicolau. *História de Florença*. Trad., Nelson Canabarro. São Paulo: Musa Editora, 1994.

PANCERA, Carlo Gabriel Kszan. *Maquiavel entre Repúblicas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

WHITE, Michael. *Maquiavel: um homem incompreendido*. Trad., Julian Fuks. Rio de Janeiro: Record, 2007.